



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00161

Brasília, 08 de novembro de 2016.

Objetivo da reunião: Reunião de acompanhamento de projeto

Horário e local: 10h - sala 201 CJF

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Dr. Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Coordenador do Comitê-Gestor - PJe	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br; secin@trf1.jus.br)	Diretor de Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF1
Leonardo dos Santos Carvalho (leonardo.carvalho@trf2.jus.br)	Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias	TRF2
Dr. Fabiano Carraro (flarraro@trf3.jus.br)	Juiz Federal - Representante	TRF3
David Bacelli Panessa (dbacell@trf3.jus.br)	Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação - AGES	TRF3
Fabio Rodrigo Cuzzatti	Diretor da Divisão de Sistemas do Juizado Especial Federal	TRF3
Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3
Aurea Lucia Machado Honda	Diretora da Subsecretaria de Desenvolvimento de Sistemas	TRF3
Alexandre do Nascimento da Silva (ansilva@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria Judiciária	TRF3
Dr. Paulo Cezar Neves Junior	Juiz Federal - Representante	TRF3
Dr. Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Juiz Federal - Representante	TRF4

Ivan Scarparo Forgearini (isf@trf4.jus.br)	Diretor da Secretaria de Sistemas Judiciários	TRF4
Frederico José Pinto de Azevedo (frederico.azevedo@jfpe.jus.br)	Juiz Federal - Representante	TRF5
Telma Roberta Vasconcelos Motta (trmotta@trf5.jus.br)	Diretora da Secretaria Judiciária	TRF5
Fernanda Montenegro (fmmontenegro@trf5.jus.br)	Diretora da Subsecretaria de Tecnologia da Informação	TRF5

Pauta

1. Acordo de cooperação técnica

Melre informa sobre o recebimento do modelo de termo de cooperação firmado entre o CNJ e o CSJT e informa que a secretaria executiva já enviou a minuta para a manifestação dos representantes regionais. Dr. Marcelo solicita que seja verificado se houve inclusão de cláusula que privilegie a Justiça Federal nas integrações do código. Dr. Marcelo pontua que como contrapartida no acordo, é desejável que haja priorização das demandas da JF pelo CNJ. Telma informa que já havia deliberação anterior e que seguem as tratativas com o CNJ para a realização de capacitação avançada para desenvolvedores. Dr. Marcelo pontua que as negociações com o Conselheiro Alckmin foram no sentido de solicitar treinamento básico. Dr. Marcelo solicita que as tratativas sejam encaminhadas sempre pelo CJF via coordenação do PJe a fim de evitar demandas contraditórias. Aduz que o fluxo de ações institucionais do PJe seja via comitê-gestor e Corregedoria-Geral. Dr. Reginaldo reforça a importância de que os esforços sejam concentrados no CJF que deve ser o filtro e o organizador da negociação com a cúpula no CNJ. Leonardo reitera interesse da 2ª Região em treinamento básico. Marcos Barbosa sinaliza interesse da 1ª Região em treinamento básico e avançado. Comitê delibera que o treinamento avançado mediado pela 5ª Região está mantido mas que as tratativas sejam centralizadas pelo comitê-gestor. Telma informa que o treinamento avançado do PJe deverá ser realizado no TRF5 a partir do dia 28/11, numa turma integrada por representantes da Justiça Federal e Estadual, com carga-horária de 40 horas. O TRF5 será responsável pelo pagamento de diárias e passagens aos instrutores do CNJ.

2. Flexibilização do orçamento do PJe 2016

Melre informa sobre a sinalização de que seja aprovado pedido de flexibilização tanto na Comissão de TI (CNJ) quanto pelos conselheiros do CNJ. Normalmente as reuniões da comissão permanente são realizadas após a sessão do CNJ, que deverá ocorrer em 8/11. Dr. Marcelo reforça que a flexibilização dos recursos, caso ocorra, deverá ser direcionada para aplicação exclusiva no PJe.

3. Indicador de implantação/glossário/consolidação

Magali esclareceu a variável Órgãos Julgadores (OJ) que é considerada para o indicador de implantação do PJe. Os representantes esclareceram peculiaridades dos órgãos julgadores em cada regional e o comitê deliberou que, para efeitos da composição do indicador, devem ser considerados como OJ apenas os órgãos com competência jurisdicional e que recebam distribuição no PJe, não bastando a mera disponibilização do módulo de plantão.

4. Definições de pesos das ações cíveis no PJe

Dr. Marcelo contextualiza a solicitação de definição de critérios e pontua a importância da padronização. Dr. Reginaldo considera que a definição extrapolaria a competência do PJe. Leonardo sugere que a questão seja remetida ao abCoGeT visto que já é responsável por outras ações de padronização. Telma dá conta de outras implicações da definição de pesos, sobretudo nas estatísticas da Justiça Federal, em especial na produtividade de magistrados, mas pondera que a padronização é importante para efeitos de comparativo entre os tribunais. Dr. Marcelo acrescenta que pode haver repercussão também no cumprimento de metas como

a de ações de improbidade administrativa. Dr. Fabiano manifesta que tal estudo deva ser feito pela Corregedoria-Geral, inclusive ser objeto de provimento normativo. Dr. Miguel pondera que o tema é de alta complexidade e questiona se os pesos seriam exclusivamente para efeitos de distribuição e quais seriam os riscos quanto ao juízo natural. Dr. Marcelo esclarece que não há riscos diante da aleatoriedade da distribuição. Marcos Barbosa questiona sobre a experiência da 4ª Região acerca da questão, tendo em vista possuir processo eletrônico há mais tempo e não aplicar pesos na distribuição processual. Ivan informa que o desequilíbrio entre pesos tende a ser sanado ao longo do tempo, havendo mais equilíbrio no processo eletrônico que não aplica pesos se comparado ao processo físico que aplicava pesos. O comitê delibera que a definição de pesos, quando houver, deva ser uniforme para toda a Justiça Federal. Delibera, também, sugerir que o estudo de padronização este seja conduzido pelo Corregedoria-Geral da Justiça Federal, caso assim entenda.

5. Informes

Status de implantação nos regionais: TRF1-Dr. Marcelo informa que foi concluída a implantação na Bahia (mandados de segurança cíveis e ações monitorias), haverá expansão para todas as classes cíveis em Roraima no mês de novembro e implantação em Minas Gerais (mandados de segurança cíveis e ações monitorias) no mês de dezembro de 2016. Para 2017, está prevista a continuidade da expansão do PJe para as demais classes cíveis e possibilidade de expansão para classes criminais no 1º e no 2º grau, ainda sem calendário definido. Quantitativos: 1º grau-28.172, 2º grau 8.327, somando 36.499 até 08.11.2016. TRF2-Leonardo informa que proposta de formalização do cronograma foi apresentada ao presidente do Tribunal e que esta definição foi objeto de recomendação na correição daquele regional. TRF3- David informa a implantação em São Paulo em varas cíveis e previdenciárias e que a mera implantação já superou, por exemplo, a distribuição de processos em Campinas. Em Piracicaba e SP houve a expansão para execuções fiscais dos conselhos de classe e da AGU. Neste momento não abrange a Fazenda Nacional. Pontuou que ainda há restrição nos embargos à execução. Em São Bernardo do Campo já é obrigatória a distribuição no PJe, com exceção de execuções fiscais, JEFs e criminais. Foram distribuídos até o momento 7.374 processos em primeiro grau e 5.325 processos em segundo grau. TRF5-Quantitativos: Todas as varas exceto os juizados. 75% implantado e obrigatório em todas as varas. Dr. Miguel (CFOAB) questiona e é informado que cada tribunal vem cumprindo o prazo de divulgação das novas implantações (90 dias) e expansões para novas classes (30 dias), inclusive sendo divulgados diretamente às OABs. Dr. Miguel apresenta outros questionamentos: sobre as publicações no diário de justiça eletrônico, ao que Dr. Marcelo informa que já houve deliberação do comitê-gestor e comunicação ao CNJ; sobre a vulnerabilidade da política pública do PJe por estar sujeita à política de gestão do CNJ, Dr. Marcelo esclarece que o PJe continua priorizado pela atual administração, segundo informações que obteve no âmbito do próprio CNJ; sobre o assinador Java, Telma e Marcos informaram que o problema já está solucionado pelo navegador PJe (Mozilla Firefox customizado pelo CNJ para uso exclusivo no PJe).

6. Próxima reunião

Dia 13 de dezembro de 2016 às 10h

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Reiterar pedido de manifestações sobre a minuta de acordo de cooperação em análise	Secretaria Executiva	18/11/2016
2.1	Informar ao Comitê-Gestor quando da formalização da flexibilização orçamentária.	Lucio Melre da Silva	
3.1	Informar quantitativo de órgãos julgadores e discriminar quais possuem competência jurisdicional	Representantes do TRF1, TRF3 e TRF5	11/11/2016
4.1	Dar ciência ao Corregedor-Geral sobre as discussões no âmbito do PJe, inclusive quanto à solicitação de que a Corregedoria-Geral, se entender conveniente, delibere sobre a atribuição de pesos às diversas espécies de ações.	Dr. Reginaldo Márcio Pereira	

5.1	Divulgar as deliberações de TI para embasar a solicitação das indicações de membros da 'rede colaborativa' por parte de cada Tribunal	Lucio Melre da Silva	25/11/2016
5.2	Solicitar a indicação de membros ao Tribunais via Corregedoria-Geral	Dr. Reginaldo (Sec. Executiva preparará documento)	25/11/2016
5.3	Solicitar treinamento básico no PJe	Dr. Reginaldo (Sec. Executiva preparará documento)	25/11/2016

MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS
CHEFE DE SECAO
SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS

Classif. documental | 40.07.01.01